



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 40

SEXTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 41ª SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE AGOSTO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

Manutenção dos vetos presidenciais apostos a dispositivos dos Projetos de Lei da Câmara nº 57/91; 48/90; 33/91; 34/91; Projeto de Lei nº 3/91-CN; Projetos de Lei da Câmara nº 120/90; 52/91; 92/90; 97/91; Projeto de Lei nº 15/91-CN; Projetos de Lei da Câmara nº 140/91; 139/91; 127/91; 11/92; 12/92; 13/92; 15/92; 16/92; 14/92; Projeto de Lei de Conversão nº 01/92; Projetos de Lei da Câmara nº 38/91; 42/91; 118/90; 17/92; 108/91; 126/90; 73/91; Projeto de Lei nº 3/92-CN; Projetos de Lei da Câmara nº 123/91; 74/92; 76/92; 46/92; 36/92; 42/92; 121/90; 34/92; 18/92; 77/92; 23/92; 10/92; 109/92; 141/92; 102/91; 33/92; 01/93; 58/92-Complementar; 66/92; 8/93; 154/92; 4/93; 55/92; 83/92; 17/86; 110/92; Projeto de Lei nº 44/92-CN; Projetos de Lei da Câmara nº 24/90; 11/91-Complementar; 73/92 e 19/91.

1.2.2 — Apreciação de Matéria

— Projeto de Lei nº 20, de 1993-CN, que "altera dispositivo da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 138, de 1993-CN. **Aprovado**, após parecer de plenário. À sanção.

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 336, de 28 de julho de 1993, que altera a moeda nacional, estabelecendo a denominação "cruzeiro real" para a unidade do sistema monetário brasileiro. (Mensagem nº 70/93-CN — nº 472/93, na origem). **Aprovada**, ficando rejeitada a emenda oferecida. À promulgação.

Medida Provisória nº 337, de 28 de julho de 1993, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$35.000.000.000.000,00. (Mensagem nº 72/93-CN — nº 478/93, na origem). **Retirada da pauta.**

Medida Provisória nº 339, de 29 de julho de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências. (Mensagem nº 74/93-CN — nº 480/93, na origem). **Retirada da pauta.**

Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993. (Mensagem nº 73/93-CN — nº 479/93, na origem). **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada em virtude da falta de **quorum** e para o prosseguimento da sessão, após parecer favorável, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 20/93.

Medida Provisória nº 341, de 6 de agosto de 1993, que acrescenta parágrafo único ao art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e revoga o art. 3º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993. (Mensagem nº 85/93-CN — nº 489/93, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 41ª Sessão Conjunta, em 26 de agosto de 1993**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Chagas Rodrigues***ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:****AMAPA**

Afonso Camargo _ Albano Franco _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Álvaro Pacheco _ Amir Lando _ Belio Parga _ Beni Veras _ Carlos Antonio De'Carli _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Cid Saboia de Carvalho _ Darcy Ribeiro _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Divaldo Suruagy _ Eduardo Suplicy _ Elcio Alvares _ Eptácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Flaviano Melo _ Francisco Roilemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ Júlio Campos _ Júnia Marise _ Jutahy Magalhães _ Lavoisier Maia _ Louremberg Nunes Rocha _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto Oliveira _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Moisés Abrão _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha Derzi _ Raimundo Lira _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

AROLD GOES
ERALDO TRINDADE
FATIMA PELAES
GILVAM BORGES
LOURIVAL FREITAS
MURILO PINHEIRO
VALDENOR GUEDES

PDT
PPR
BLOCO
PMDB
PT
BLOCO
PP

PARA'

CARLOS KAYATH
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
HILARIO COIMBRA
JOSE DIOGO
MARIO CHERMONT
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA
PAULO TITAN
SOCORRO GOMES

BLOCO
PMDB
PPR
PDT
BLOCO
PPR
PP
PPR
PT
PMDB
PCdoB

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA
FRANCISCO RODRIGUES
JOAO FAGUNDES
LUCIANO CASTRO
MARCELO LUZ
RUBEN BENTO

BLOCO**PP****BLOCO****PMDB****PPR****PP****BLOCO****AMAZONAS****BETH AZIZE****EULER RIBEIRO****EZIO FERREIRA****JOAO THOME****JOSE DUTRA****PAUDERNEY AVELINO****PDT****PMDB****BLOCO****PMDB****PMDB****PPR**

RONDONIA		RIO GRANDE DO NORTE	
ANTONIO MORIMOTO	PPR	ALUIZIO ALVES	PMDB
NOBEL MOURA	PP	FLAVIO ROCHA	PL
		HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
		IBERE FERREIRA	BLOCO
		JOAO FAUSTINO	PSDB
		LAIRE ROSADO	PMDB
		NEY LOPES	BLOCO
ACRE		PARAIBA	
MAURI SERGIO	PMDB		
ZILA BEZERRA	PMDB		
TOCANTINS		PERNAMBUCO	
DARCI COELHO	BLOCO	JOSE MARANHÃO	PMDB
DERVAL DE PAIVA	PMDB	LUCIA BRAGA	PDT
FREIRE JUNIOR	PMDB	RAMALHO LEITE	BLOCO
LEOMAR QUINTANILHA	PPR	VITAL DO REGO	PDT
		ZUCA MOREIRA	PMDB
MARANHÃO		ALAGOAS	
CESAR BANDEIRA	BLOCO		
COSTA FERREIRA	PP	ALVARO RIBEIRO	PSB
HAROLDO SABOIA	PT	GILSON MACHADO	BLOCO
JAYME SANTANA	PSDB	GUSTAVO KRAUSE	BLOCO
JOAO RODOLFO	PPR	INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
JOSE BURNETT	PRN	JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN
JOSE CARLOS SABOIA	PSB	JOSE JORGE	BLOCO
NAN SOUZA	PP	JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
PEDRO NOVAIS	PPR	LUIZ PIAUHYLINO	PSB
SARNEY FILHO	BLOCO	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
		MAVIAEL CAVALCANTI	PRN
		MIGUEL ARRAES	PSB
		NILSON GIBSON	PMDB
		RENILDO CALHEIROS	PCdoB
		ROBERTO FRANCA	PSB
		ROBERTO FREIRE	PCB
		ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
		SALATIEL CARVALHO	PP
		SERGIO GUERRA	PSB
		TONY GEL	PRN
		WILSON CAMPOS	PMDB
CEARA		SERGIPE	
AECIO DE BORBA	PPR	BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT
ARIOSTO HOLANDA	PSB	CLEONANCIO FONSECA	PRN
ERNANI VIANA	PP	DJENAL GONCALVES	PPR
JACKSON PEREIRA	PSDB	JERONIMO REIS	BLOCO
JOSE LINHARES	PP	JOSE TELES	PPR
LUIZ GIRAO	PDT	PEDRO VALADARES	PP
LUIZ PONTES	PSDB		
MARCO PENAFORTE	PSDB		
MARIA LUIZA FONTENELE	S/P		
MORONI TORGAN	PSDB		
PINHEIRO LANDIM	PMDB		
VICENTE FIALHO	BLOCO		
PIAUI		SERGIPE	
FELIPE MENDES	PPR	BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT
JESUS TAJRA	BLOCO	CLEONANCIO FONSECA	PRN
JOSE LUIZ MAIA	PPR	DJENAL GONCALVES	PPR
MURILO REZENDE	PMDB	JERONIMO REIS	BLOCO
MUSSA DEMES	BLOCO	JOSE TELES	PPR
PAES LANDIM	BLOCO	PEDRO VALADARES	PP

PSDB

RIO DE JANEIRO

BLOCO
PSDB
PT
PDT
PT
PDT
PSDB
PPR
PP
PPR
BLOCO
PDT
PDT
PSDB
PMDB
PDT
PDT
PDT
PSD
PDT
PDT
PPR
BLOCO
PPR
PCB
PV
BLOCO
PT
BLOCO

SÃO PAULO

PCdOB
PPR
PMDB
PDT
BLOCO
PMDB
PMDB
PL
PT
PSDB
BLOCO
PSDB
PT
PMDB
PSDB
PSDB
PT
PT

BLOCO

ETEVALDA GRASSI DE MENEZES

JOSE GENOINO	PT	CARLOS SCARPELINI	PP
JOSE MARIA EYMAEL	PP	DELCINO TAVARES	PP
JOSE SERRA	PSDB	DENI SCHWARTZ	PSDB
KOYU IHA	PSDB	EDI SILIPRANDI	PDT
LIBERATO CABOCLO	PDT	ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
LUIZ GUSHIKEN	PT	IVANIO GUERRA	BLOCO
LUIZ MAXIMO	PSDB	JOSE FELINTO	PP
MAURICI MARIANO	PMDB	LUCIANO PIZZATTO	BLOCO
MENDES BOTELHO	BLOCO	LUIZ CARLOS HAULY	PP
NELSON MARQUEZELLI	BLOCO	MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
OSWALDO STECCA	PMDB	ONAIRES MOURA	PSD
PAULO LIMA	BLOCO	OTTO CUNHA	PRN
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	PAULO BERNARDO	PT
ROBSON TUMA	PL	PEDRO TONELLI	PT
TADASHI KURIKI	PPR	REINHOLD STEPHANES	BLOCO
TUGA ANGERAMI	PSDB	RENATO JOHNSON	PP
VADAO GOMES	PP	WERNER WANDERER	BLOCO
		WILSON MOREIRA	PSDB

MATO GROSSO

ITSUO TAKAYAMA	BLOCO
JOAO TEIXEIRA	PL
JOSE AUGUSTO CURVO	PMDB
RICARDO CORREA	PL
RODRIGUES PALMA	BLOCO

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO	PCB
BENEDITO DOMINGOS	PP
CHICO VIGILANTE	PT
JOFRAN FREJAT	BLOCO
MARIA LAURA	PT
OSORIO ADRIANO	BLOCO
SIGMARINGA SBIKAS	PSDB

GOIAS

LAZARO BARBOSA	PMDB
MARIA VALADAO	PPR
MAURO BORGES	PP
MAURO MIRANDA	PMDB
PAULO MANDARINO	PPR
PEDRO ABRAO	PP
ROBERTO BALESTRA	PPR
RONALDO CAIADO	BLOCO
VILMAR ROCHA	BLOCO
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO	PRN
FLAVIO DERZI	PP
JOSE ELIAS	BLOCO
MARILU GUIMARAES	BLOCO
NELSON TRAD	BLOCO
VALTER PEREIRA	PMDB

PARANA

BASILIO VILLANI	PPR
-----------------	-----

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN	PPR
CESAR SOUZA	BLOCO
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
DERCIO KNOP	PDT
LUCI CHOINACKI	PT
NELSON MORRO	BLOCO
NEUTO DE CONTO	PMDB
ORLANDO PACHECO	BLOCO
PAULO DUARTE	PPR
RUBERVAL PILOTTO	PPR
VALDIR COLATTO	PMDB
VASCO FURLAN	PPR

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO	PT
ADYLSO MOTA	PPR
ALDO PINTO	PDT
AMAURY MULLER	PDT
ARNO MAGARINOS	PPR
CARLOS AZAMBUJA	PPR
CELSO BERNARDI	PPR
EDEN PEDROSO	PDT
EDSON MENEZES SILVA	PCdoB
FERNANDO CARRION	PPR
FETTER JUNIOR	PPR
GERMANO RIGOTTO	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PPR
LUIZ ROBERTO PONTE	PMDB
NELSON PROENCA	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
TELMO KIRST	BLOCO
VALDOMIRO LIMA	PDT
VICTOR FACCIONI	PPR
WALDOMIRO FIORAVANTE	PT

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores e 311 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Srs. Congressistas, na sessão conjunta, ontem realizada, foi adotada a sistemática da cédula única para apreciação de vetos. Votaram 346 Srs. Deputados e 56 Srs. Senadores. A apuração processou-se através do Prodasen, tendo sido acompanhada pelo Senador Lucídio Portella e pelo Deputado Freire Júnior.

Comunico aos Srs. Congressistas que os vetos presidenciais foram mantidos na Câmara dos Deputados, não sendo, portanto, procedida a apuração de votos no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura da ata da apuração.

É lida a seguinte:

**ATA DA APURAÇÃO DOS VOTOS DOS VETOS
PRESIDENCIAIS CONSTANTES DA CÉDULA ÚNICA
DE VOTAÇÃO UTILIZADA NA SESSÃO CONJUNTA
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1993**

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e três, na sala de treinamento — A-12, do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal — PRODA-SEN, às dezenove horas e trinta minutos, presentes os senhores Senador Lucídio Portella e Deputado Freire Júnior, respectivamente, Presidente e Membro da Comissão designada para acompanhar a apuração dos votos. Assumindo a presi-

dência dos trabalhos, o Senador Lucídio Portella dá por iniciada a apuração dos votos oferecidos por meio da cédula única aos vetos presidenciais, ocorrida na sessão conjunta do Congresso Nacional, realizada às quatorze horas e trinta minutos do mesmo dia, sendo adotado o seguinte procedimento: abertas as urnas, foram contadas as cédulas, cujo número coincidiu com o número de votantes, em seguida, foram riscados os itens números um, seis, nove, onze, trinta, trinta e três, trinta e cinco, trinta e seis, quarenta e quatro, quarenta e seis, quarenta e sete, cinquenta e cinco, cinquenta e nove, sessenta e nove, setenta e quatro e setenta e cinco, retirados da cédula através de requerimentos das lideranças. Dando prosseguimento aos trabalhos, as cédulas foram etiquetadas e numeradas sequencialmente, reunidas em lotes de cinco e envelopadas. Passou-se, a seguir, à digitação dos votos contidos em cada cédula: foi utilizado o sistema de dupla digitação, seguido da conferência de cada cédula para eliminar a possibilidade de erros. Em seguida, foi emitido um relatório com a totalização dos votos dos Deputados. Verificou-se assim que todos os itens apurados mantiveram os vetos; em consequência, os votos do Senado Federal. Os resultados obtidos constam da relação anexa. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos da apuração, lavrando eu, Lucídio Portella, Presidente, a presente ata. — Senador Lucídio Portella — Deputado Freire Júnior.

ATA DA SESSÃO DE VOTO PRESIDENCIAL
CONGRESSO NACIONAL
PRODASEN

ANEXO

PÁGINA: 1
DATA: 26/08/93 - 01:54

SIM NÃO ABS MUL QDO RESULTADO

200 2-	PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 57, DE 1991 (PL N. 1.390/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO A SER COMPENSADA QUANDO DA REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CORRIGE E REESTRUTURA TABELAS DE VENCIMENTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	194	97	3	2	296	MANTIDO ✓
201	- ART. 15.						
100 3-	PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 48, DE 1990 (PL N. 3.099/89, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SUAS DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES, DETERMINA COMPETÊNCIAS GERAIS EM CADA ESPÉCIE DE GOVERNO, BENEFÍCIOS E SERVIÇOS, FONTES DE FINANCIAMENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	160	117	1	2	300	MANTIDO ✓
400 4-	PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 33, DE 1991 (PL N. 516/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO - SINA, ALTERA A LEI DELEGADA NO. 4, DE 26 DE SETEMBRO DE 1962, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	194	107	1	2	304	MANTIDO ✓
100 5-	PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 34, DE 1991 (PL N. 826/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL, INSTITUI PLANO DE GUSTEIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	220	77	3	2	300	MANTIDO ✓
101	- ART. 43.						
700 7-	PROJETO DE LEI NO. 3, DE 1991-CN, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 1992, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	217	72	1	4	294	MANTIDO ✓
701	- INCISO VII DO ART. 22;						
702	- CAPUT DO ART. 23;	181	107	2	2	292	MANTIDO
703	- § 1 DO ART. 23;	214	75	1	2	292	MANTIDO
704	- § 2 DO ART. 23;	179	109	2	2	292	MANTIDO
705	- § 1 DO ART. 45;	181	106	3	2	292	MANTIDO
706	- § 2 DO ART. 45.	181	106	3	2	292	MANTIDO
00 8-	PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 120, DE 1990 (PL N. 5.284/90, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE NORMAS PARTIDARIAS.	263	34	1	2	300	MANTIDO ✓
00 10-	PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 52, DE 1991 (PL N. 912/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE AS LOCAÇÕES DOS IMOVEIS DEBIDOS E OS PROCEDIMENTOS A ELAS PERTINENTES.	224	73	1	2	300	MANTIDO ✓
01	- ART. 87;						
02	- ART. 88.	209	89	1	2	301	MANTIDO
00 12-	PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 92, DE 1990 (PL N. 4.084/89, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISCIPLINA O ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE CRÉDITOS ALIMENTÍCIOS.	179	116	1	2	298	MANTIDO ✓
00 13-	PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 97, DE 1991 (PL N. 1.992/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE REAJUSTA VALORES DA TABELA PROGRESSIVA PARA CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA.						
01	- ART. 2.	175	122	0	2	299	MANTIDO ✓

SISTEMA DE VETO PRESIDENCIAL
CONGRESSO NACIONAL
PRODASEN

PAGINA: 2
DATA: 26/08/93 - 01:54

SIM NÃO ABS NUL QVO RESULTADO

1400	14-PROJETO DE LEI NO. 15, DE 1991-CN, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO FISCAL DA UNIÃO CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE CR\$ 85.163.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.	224	72	0	2	298	MANTIDO
1401	- ART. 3.						
1500	15-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 140, DE 1991 (PL N. 2.452, NA CASA DE ORIGEM), QUE ESTABELECE DIRETRIZES PARA QUE A UNIÃO POSSA REALIZAR A CONSOLIDAÇÃO E REESCALONAMENTO DE DÍVIDAS DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.						
1501	- ART. 5, CAPUT;	171	126	1	2	300	MANTIDO
1502	- ALÍNEA 'A' DO ART. 5;	172	125	1	2	300	MANTIDO
1503	- ALÍNEA 'B' DO ART. 5;	172	125	1	2	300	MANTIDO
1504	- ALÍNEA 'C' DO ART. 5;	172	124	2	2	300	MANTIDO
1505	- ART. 15.	210	86	2	2	300	MANTIDO
1600	16-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 139, DE 1991 (PL N. 2.158/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE EXTINGUE A CONTRIBUIÇÃO E O ADICIONAL INCIDENTES SOBRE SAÍDAS DE AÇÚCAR A QUE SE REFEREM OS DECRETOS-LEIS NOS. 308, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 E 1952, DE 15 DE JULHO DE 1982, OS SUBSÍDIOS DE EQUALIZAÇÃO DE CUSTOS DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR, E DISPOE SOBRE A ISENÇÃO DE IPI NAS OPERAÇÕES QUE MENCIONA.						
1601	- ART. 3.	179	118	1	2	300	MANTIDO
1700	17-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 127, DE 1991 (PL N. 2.088/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE PARCELA DO FRETE PAGO PELAS INDÚSTRIAS DAS REGIÕES NORTE-NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUL, NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS, LAMINADOS PLANOS, COMUNS E REVESTIDOS, PARA EFEITO DE SATISFAÇÃO DO IPI.	150	147	1	3	301	MANTIDO
1800	18-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 11, DE 1992 (PL N. 2.592/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE OS VENCIMENTOS DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.	238	60	0	2	300	MANTIDO
1900	19-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 12, DE 1992 (PL N. 2.613/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE OS VENCIMENTOS DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DOS JUÍZES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, DOS JUÍZES FEDERAIS E DOS JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS.	239	59	0	2	300	MANTIDO
2000	20-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 13, DE 1992 (PL N. 2.614/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE OS VENCIMENTOS DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR E DOS JUÍZES DA JUSTIÇA MILITAR FEDERAL.	236	59	1	2	300	MANTIDO
2100	21-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 15, DE 1992 (PL N. 2.621/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE OS VENCIMENTOS DOS DESEMBARGADORES, JUÍZES DE DIREITO, JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS E JUÍZES DE DIREITO DOS TERRITÓRIOS, INTEGRANTES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.	235	61	1	2	299	MANTIDO
2200	22-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 16, DE 1992 (PL N. 2.631/92, NA CASA						

SISTEMA DE VETO PRESIDENCIAL
CONGRESSO NACIONAL
PRODASEN

PAGINA: 3
DATA: 26/08/93 - 01:54

..... SIM NÃO ABS NUL QUO RESULTADO

DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE OS VENCIMENTOS DOS MINISTROS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, DOS JUÍZES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO, DOS JUÍZES PRESIDENTES DE JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO E DOS JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS.

2300 23-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 14, DE 1992 (PL N. 2.615/92, NA CASA DE ORIGEM) QUE DISPÕE SOBRE OS VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 239 61 0 2 302 MANTIDO

2400 24-PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO NO. 1 DE 1992 (ORIGUNDO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 302/92) A QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE MINISTÉRIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 237 61 0 2 300 MANTIDO

2401 - ART. 19. 265 32 0 2 299 MANTIDO

2500 25-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 36, DE 1991 (PL N. 5.394/85, NA CASA DE ORIGEM) QUE INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI N. 4.886 DE 9 DEZEMBRO DE 1965, QUE REGULA AS ATIVIDADES DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS AUTÔNOMOS. 264 31 1 3 299 MANTIDO

2501 - REDAÇÃO DADA PELO ART. 1 DO PROJETO AO 16 DO ART. 32 DA LEI NO. 4.886/65. 175 122 0 3 300 MANTIDO

2600 26-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 42, DE 1991 (PL N. 1.371/88, NA CASA DE ORIGEM) QUE PROIBI A COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS CUJA FABRICAÇÃO OU VENDA FOI INTERDITADA NO PAÍS DE ORIGEM. 267 31 0 2 300 MANTIDO

2700 27-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 118, DE 1990 (PL N. 5.329/90, NA CASA DE ORIGEM), QUE CRIA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO NA 4A. REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 237 60 0 3 300 MANTIDO

2800 28-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 108, DE 1991 (PL N. 1.991/89, NA CASA DE ORIGEM) QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL NO MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA, NO ESTADO DE TOCANTINS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 260 35 0 3 298 MANTIDO

2900 29-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 126, DE 1990 (PL N. 1.854/89, NA CASA DE ORIGEM), QUE CRIA A CARREIRA DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E SEUS CARGOS, FIXA OS VALORES DE VENCIMENTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 264 31 0 2 297 MANTIDO

2901 - 1. DO ART. 2; 263 32 0 2 297 MANTIDO

2902 - 2. DO ART. 2; 263 32 0 2 297 MANTIDO

2903 - 3. DO ART. 2; 263 32 0 2 297 MANTIDO

2904 - CAPUT DO ART. 3; 264 31 0 2 297 MANTIDO

2905 - 1. DO ART. 3; 263 32 0 2 297 MANTIDO

2906 - 2. DO ART. 3; 263 32 0 2 297 MANTIDO

2907 - 3. DO ART. 3; 264 31 0 2 297 MANTIDO

2908 - ART. 4; 224 71 1 2 298 MANTIDO

SISTEMA DE VETO PRESIDENCIAL
CONGRESSO NACIONAL
PRODASEN

PAGINA: 4
DATA: 26/08/93 - 01:54

		SIM	NÃO	ABS	NUL	QUO	RESULTADO
2909	- ART. 6, CAPUT;	224	71	1	2	298	MANTIDO
2910	- PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6;	226	69	1	2	298	MANTIDO
2911	- PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 9.	263	31	1	2	297	MANTIDO
3100	31-PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 17, DE 1992 (PL N. 1.445/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DE JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, NAS REGIÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO, DEFINE JURISDIÇÕES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.						
3101	- INCISO IX DO ART. 3;	145	141	1	2	289	MANTIDO
3102	- INCISO X DO ART. 3;	146	141	1	2	290	MANTIDO
3103	- INCISO XII DO ART. 3;	145	142	1	2	290	MANTIDO
3104	- INCISO XX DO ART. 3;	146	141	1	2	290	MANTIDO
3105	- INCISO V DO ART. 4;	145	144	1	2	290	MANTIDO
3106	- INCISO IX DO ART. 4;	143	144	1	2	290	MANTIDO
3107	- INCISO XVIII DO ART. 5;	145	141	1	2	289	MANTIDO
3108	- INCISO II DA ALÍNEA 'A' DO ART. 6;	144	142	1	2	289	MANTIDO
3109	- INCISO IV DA ALÍNEA 'A' DO ART. 6;	144	142	1	2	289	MANTIDO
3110	- INCISO V DA ALÍNEA 'A' DO ART. 6;	144	142	1	2	289	MANTIDO
3111	- INCISO III DA ALÍNEA 'B' DO ART. 6;	144	141	2	2	289	MANTIDO
3112	- INCISO II DA ALÍNEA 'A' DO ART. 8;	144	141	2	2	289	MANTIDO
3113	- INCISO IV DA ALÍNEA 'A' DO ART. 8;	144	141	2	2	289	MANTIDO
3114	- INCISO V DO ART. 9;	143	143	1	2	289	MANTIDO
3115	- INCISO II DA ALÍNEA 'C' DO ART. 10;	144	142	1	2	289	MANTIDO
3116	- INCISO III DO ART. 11;	145	141	1	2	289	MANTIDO
3117	- INCISO V DO ART. 12;	143	143	1	2	289	MANTIDO
3118	- INCISO IX DO ART. 12;	143	143	1	2	289	MANTIDO
3119	- INCISO III DA ALÍNEA 'A' DO ART. 13;	144	142	1	2	289	MANTIDO
3120	- INCISO VI DO ART. 15;	141	145	1	2	289	MANTIDO
3121	- INCISO XVI DO ART. 15;	141	145	1	2	289	MANTIDO
3122	- INCISO XXV DO ART. 15;	141	145	1	2	289	MANTIDO

PERIAR - 11' x 8,0" - 10 CRI x 10 LPT - 110 t x ao 1

Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

**SISTEMA DE VETO PRESIDENCIAL
CONGRESO NACIONAL,
PRODASEN**

PAGINA:.....5
DATA: 26/08/93 - 01:54

		SIM	NÃO	ABS	NUL	QUO	RESULTADO
3123	- INCISO IX DO ART. 18;	143	142	2	2	289	MANTIDO
3124	- INCISO XXIV DO ART. 23;	139	144	3	2	288	MANTIDO
3125	- INCISO XXIX DO ART. 23;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3126	- INCISO XXXV DO ART. 23;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3127	- INCISO LVI DO ART. 23;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3128	- INCISO XLII DO ART. 24;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3129	- INCISO XXIV DO ART. 24;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3130	- INCISO XXXIII DO ART. 25;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3131	- INCISO II DA ALÍNEA 'A' DO ART. 26;	141	142	3	2	288	MANTIDO
3132	- INCISO IV DA ALÍNEA 'A' DO ART. 26;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3133	- INCISO VII DA ALÍNEA 'A' DO ART. 26;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3134	- INCISO IV DA ALÍNEA 'B' DO ART. 26;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3135	- INCISO II DA ALÍNEA 'A' DO ART. 28;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3136	- INCISO VI DA ALÍNEA 'A' DO ART. 28;	140	143	3	2	288	MANTIDO
3137	- INCISO VI DO ART. 29;	138	145	3	2	288	MANTIDO
3138	- INCISO VI DA ALÍNEA 'C' DO ART. 30;	139	143	4	2	288	MANTIDO
3139	- INCISO IX DA ALÍNEA 'A' DO ART. 31;	139	144	3	2	288	MANTIDO
3140	- INCISO III DA ALÍNEA 'A' DO ART. 33;	139	144	3	2	288	MANTIDO
3141	- INCISO XXXIII DO ART. 35;	139	144	3	2	288	MANTIDO
3142	- INCISO L DO ART. 35;	139	144	3	2	288	MANTIDO
3143	- INCISO XIV DO ART. 38;	139	143	4	2	288	MANTIDO
3144	- 1. DO ART. 44;	139	143	4	2	288	MANTIDO
3200 32	PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO. 73, DE 1991 (PL. N. 4.064/89, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A LEI ORÇANICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	120	168	2	2	292	MANTIDO
3201 10	ART. 37, CAPUT;	120	167	2	3	292	MANTIDO
3202	- PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 37;	120	167	2	3	292	MANTIDO
3203	- INCISO I DO ART. 50;	193	96	1	2	292	MANTIDO
3204	- 1. DO ART. 53;	147	142	1	2	292	MANTIDO

PAGINA: 6
DATA: 26/08/93 - 01:54

PAGINA: 6
DATA: 26/08/93 - 01:54

	SIM	NÃO	ABS	NUL	QUO	RESULTADO
3205 - 2. DO ART. 53;	146	143	1	2	292	MANTIDO
3206 - ART. 75, CAPUT;	184	105	1	2	292	MANTIDO
3207 - PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 75;	183	105	2	2	292	MANTIDO
3208 - ART. 78, CAPUT;	235	53	2	2	292	MANTIDO
3209 - 1. DO ART. 80;	236	53	1	2	292	MANTIDO
3210 - ART. 89, CAPUT;	237	52	1	2	292	MANTIDO
3211 - 1. DO ART. 89;	238	51	1	2	292	MANTIDO
3212 - 2. DO ART. 89;	238	51	1	2	292	MANTIDO
3213 - 3. DO ART. 89;	237	52	1	2	292	MANTIDO
3400 34-PROJETO DE LEI NO. 3, DE 1992-CN, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	265	31	0	3	299	MANTIDO
3401 - PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6;	167	129	2	2	300	MANTIDO
3402 - ART. 51, CAPUT;	167	129	2	2	300	MANTIDO
3403 - 1. DO ART. 51;	167	129	2	2	300	MANTIDO
3404 - 2. DO ART. 51. ^{CÂMARA}	167	129	2	2	300	MANTIDO
3700 37-PROJETO DE LEI DO SENADO NO. 123, DE 1991 (PL N. 3.278/89 NA CASA DE ORIGEM), QUE INSTITUCIONALIZA O PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO PARA ESTUDANTES CARENTES.	239	58	0	2	299	MANTIDO
3701 - PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4.	232	65	0	2	299	MANTIDO
3702 - ART. 8.	233	64	0	2	299	MANTIDO
3800 38-PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 74, DE 1992 (PL N. 3.133/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	233	64	0	2	299	MANTIDO
3801 0K-ART. 5.	220	76	0	3	299	MANTIDO
3900 39-PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 76, DE 1992 (PL N. 3.170/92 NA CASA DE ORIGEM), QUE CONCEDE ANTECIPAÇÃO DE REAJUSTE DE VENCIMENTOS E DE SÓLDOS DOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	219	77	0	3	299	MANTIDO
3901 OK-INCISO IV DO ART. 2.	266	31	0	2	299	MANTIDO
3902 - ANEXO XI.	266	31	0	2	299	MANTIDO
4000 40-PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 46, DE 1992 (PL N. 2.627/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO E A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª. REGIÃO COM SEDE EM BRASÍLIA - DE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	266	31	0	2	299	MANTIDO
4001 - ART. 6.	266	31	0	2	299	MANTIDO

SISTEMA DE VETO PRESIDENCIAL
CONGRESSO NACIONAL
PROJASEN

PAGINA: 7
DATA: 26/08/93 - 01:54

SIM NÃO ABS NUL QUO RESULTADO

4100	41	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 36, DE 1992 (PL N. 4.572/90, NA CASA DE ORIGEM), QUE ORGANIZA A JUSTIÇA MILITAR E REGULA O FUNCIONAMENTO DE SEUS SERVIÇOS AUXILIARES.	270	25	0	2	297	MANTIDO
4101		- INCISO XXV DO ART. 9.	262	33	0	2	297	MANTIDO
4102		- ART. 73.	262	33	0	2	297	MANTIDO
4200	42	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 42, DE 1992 (PL N. 2.623/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO E A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIÃO, COM SEDE EM SÃO PAULO-SP, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	276	21	0	2	299	MANTIDO
4201		- ART. 6, CAPUT;	276	21	0	2	299	MANTIDO
4202		- 1. DO ART. 6;	276	21	0	2	299	MANTIDO
4203		- 2. DO ART. 6;	275	22	0	2	299	MANTIDO
4204		- ANEXO I.	276	21	0	2	299	MANTIDO
4300	43	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 121, DE 1990 (PL N. 1.169/88, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE A RETIRADA E TRANSPORTE DE TECIDOS, ÓRGÃOS E PARTES DO CORPO HUMANO, COM FINS TERAPÊUTICOS E CIENTÍFICOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	228	67	1	2	298	MANTIDO
4301		- ART. 2, CAPUT;	228	67	1	2	298	MANTIDO
4302		- PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2.	228	67	1	2	298	MANTIDO
4303		- ART. 5, CAPUT;	228	66	2	2	298	MANTIDO
4304		- PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 5;	228	66	2	2	298	MANTIDO
4305		- ART. 9;	228	66	2	2	298	MANTIDO
4306		- ART. 13;	228	66	2	2	298	MANTIDO
4500	45	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 34, DE 1992 (PL N. 2.475/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1. GRAU DA 5. REGIÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	273	21	1	2	297	MANTIDO
4501		- ART. 2.	273	21	1	2	297	MANTIDO
4800	48	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 18, DE 1992 (PL N. 2.251/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE EXTINGUE TAXAS, EMOLUMENTOS, CONTRIBUIÇÕES, PARCELA DA UNIÃO DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	205	89	2	2	298	MANTIDO
4801		- INCISO VIII DO ART. 1;	205	89	2	2	298	MANTIDO
4802		- ALÍNEA 'A' DO ART. 2;	181	113	2	2	298	MANTIDO
4803		- ALÍNEA 'D' DO ART. 2;	182	111	2	2	297	MANTIDO
4900	49	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 77, DE 1992 (PL N. 3.183/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE A DESTINAÇÃO DAS QUOTAS DE FUNDOS AO PORTADOR E AOS TÍTULOS OU APLICAÇÕES DE RENDA FIXA AO PORTADOR OU NOMINATIVOS - ENDOSSAVEIS MENCIONADOS NO CAPUT DO ART. 3. DA LEI						

SISTEMA DE VETO PRESIDENCIAL
CONGRESSO NACIONAL
PRODASEN

PAGINA: 8
DATA: 26/08/93 - 01:54

..... SIM NÃO ABS NUL QUO RESULTADO

N. 8.021, DE 12 DE ABRIL DE 1990, ATUALMENTE À DISPOSIÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, NOS TERMOS DO ART. 2.º DO ART. 7.º E DO 'CAPUT' DO ART. 9.º DA LEI N. 8.024, DE 12 DE ABRIL DE 1990.

188 106 1 3 298 MANTIDO

5000 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 23, DE 1992 (PL N. 4.590/90, NA CASA DE ORIGEM), QUE AUTORIZA A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS TRANSFERIR BENS DE SUA PROPRIEDADE, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO. ...

272 23 0 2 297 MANTIDO

5100 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 10, DE 1992 (PL N. 2.484/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1.º GRAU DA 2.ª REGIÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

272 22 1 2 297 MANTIDO

5101 PRIMEIRO ITEM DO ANEXO REFERIDO NO ART. 5.º.

272 22 1 2 297 MANTIDO

5200 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 109, DE 1992 (PL N. 2.920/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR RURAL PARA A SEGURIDADE SOCIAL E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS; ALTERA-DO DISPOSITIVOS DAS LEIS NS. 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 E 8.315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

242 53 0 2 297 MANTIDO

5300 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 141, DE 1992 (PL N. 3.425/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

264 31 0 2 297 MANTIDO

5301 ART. 6.º.

235 60 0 2 297 MANTIDO

5302 ART. 2.º DO ART. 24.º.

264 31 0 2 297 MANTIDO

5400 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 102, DE 1991 (PL N. 4.276/89, NA CASA DE ORIGEM), QUE DETERMINA A IMPRESSÃO DE ADVERTÊNCIA EM RÓTULOS E EMBALAGENS DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS QUE CONTENHAM GLUTEN, A FIM DE EVITAR A DOENÇA CELÍACA OU SÍNDROME CELÍACA.

225 70 0 2 297 MANTIDO

5600 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 33, DE 1992 (PL N. 3.759/89, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE A PROFISSÃO DE GUIA DE TURISMO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

272 24 0 2 298 MANTIDO

5601 PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2.º.

271 25 0 2 298 MANTIDO

5602 ART. 3.º.

272 24 0 2 298 MANTIDO

5603 ART. 4.º.

272 24 0 2 298 MANTIDO

5604 ART. 6.º.

272 23 0 2 297 MANTIDO

5605 ART. 7.º.

272 23 0 2 297 MANTIDO

5606 ART. 8.º.

257 38 0 2 297 MANTIDO

5607 ALÍNEA 'B' DO ART. 10.º.

257 38 0 2 297 MANTIDO

5608 ART. 11.º.

257 38 0 2 297 MANTIDO

SISTEMA DE VETO PRESIDENCIAL
CONGRESSO NACIONAL
PRODASEN

PAGINA: 9
DATA: 26/08/93 - 01:54

SIM NÃO ABS NUL QVO RESULTADO

5609	- ART. 12;	235	58	1	3	297	MANTIDO
5610	- ART. 13.	235	59	1	2	297	MANTIDO
5700	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 1 DE 1993 (PL N. 3.387/92 NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE O PLEBISCITO QUE DEFINIRÁ A FORMA E O SISTEMA DE GOVERNO E REGULAMENTA O ART. 2. DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS, ALTERADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 2.	266	27	1	2	296	MANTIDO
5701	- ART. 2, CAPUT;	266	27	1	2	296	MANTIDO
5702	- 1. DO ART. 2.	266	27	1	2	296	MANTIDO
5800	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 58 DE 1992 - COMPLEMENTAR (PL COMPLEMENTAR N. 73/91 NA CASA DE ORIGEM), QUE INSTITUI A LEI ORGANICA DA ADVOGACIA-GERAL DA UNIAO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	230	61	1	3	295	MANTIDO
5801	- INCISO IV DO ART. 2.	215	76	2	3	296	MANTIDO
5802	- INCISO III DO ART. 12	221	70	1	3	295	MANTIDO
5803	- ART. 14	257	95	2	2	296	MANTIDO
5804	- ART. 19, CAPUT;	267	25	1	2	295	MANTIDO
5805	- PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 19	221	71	1	2	295	MANTIDO
5806	- PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 25	222	70	2	2	296	MANTIDO
5807	- INCISO I DO ART. 36	259	33	2	2	296	MANTIDO
5808	- ART. 59, CAPUT	260	32	1	2	295	MANTIDO
5809	- PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 59;	264	28	2	2	296	MANTIDO
5810	- ART. 60	202	84	3	6	295	MANTIDO
5811	- ART. 65	230	60	4	2	296	MANTIDO
5812	- ART. 68	264	25	3	3	295	MANTIDO
5813	- ART. 70	265	24	3	2	294	MANTIDO
5814	- ART. 71	267	27	2	3	299	MANTIDO
6000	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 66 DE 1992 (PL N. 8/91 NA CASA DE ORIGEM) QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DA EXPLORAÇÃO DOS PORTOS ORGANIZADOS E DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	221	74	2	2	299	MANTIDO
6001	- ART. 7.	221	74	2	3	300	MANTIDO
6002	- ART. 46	221	74	2	2	299	MANTIDO
6003	- INCISO II DO 1. DO ART. 67.	221	74	2	2	299	MANTIDO
6004	- ART. 72.	221	74	2	2	299	MANTIDO

SISTEMA DE VETO PRESIDENCIAL
CONGRESSO NACIONAL
PRODASEN

PAGINA: 10
DATA: 26/08/93 - 01:54

.....
SIM NÃO ABS NUL QUO RESULTADO

6100	61	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 8, DE 1993 (PL N. 3.497/93, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS NÍVEIS DAS TARIFAS PARA O SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA, EXTINGUE O REGIME DE REMUNERAÇÃO GARANTIDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	180	115	2	2	299	MANTIDO
6200	62	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 154, DE 1992 (PL N. 3.424/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS PUNIDOS POR MOTIVAÇÃO POLÍTICA.	235	60	1	2	298	MANTIDO
6300	63	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 4, DE 1993 (PL N. 2.483/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE CARGOS CRIADOS PELA LEI N. 7.178, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1983, PARA O QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DA SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.	268	25	1	2	296	MANTIDO
6301		ITEM II DO ANEXO I.	268	25	1	2	296	MANTIDO
6302		ITEM III DO ANEXO I.	268	25	1	2	296	MANTIDO
6303		ITEM IV DO ANEXO I.	268	25	1	2	296	MANTIDO
6304		ITEM V DO ANEXO I.	268	25	1	2	296	MANTIDO
6400	64	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 53, DE 1992 (PL N. 2.288/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE CRIA CARGOS EM COMISSÃO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	265	23	0	2	290	MANTIDO
6500	65	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 83, DE 1992 (PL N. 515/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE INSTITUI A LEI ORÇÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOBRE NORMAS GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	224	63	7	2	296	MANTIDO
6501		INCISO X DO ART. 25;	262	25	7	2	296	MANTIDO
6502		INCISO XI DO ART. 25;	225	61	7	3	296	MANTIDO
6503		ART. 28;	262	25	7	2	296	MANTIDO
6504		INCISO IV DO ART. 29;	262	25	7	2	296	MANTIDO
6505		ART. 71.	253	34	0	2	289	MANTIDO
6600	66	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 17, DE 1986 (PL N. 6.692/85, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE AS UNIDADES ORÇÂNICAS DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	251	43	0	2	296	MANTIDO
6700	67	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 110, DE 1992 (PL N. 3.195/92, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES OU EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, OU FUNDACIONAL DA UNIÃO, ELEITOS DIRETORES DE ENTIDADES CÍVIS DE CARÁTER COOPERATIVO SOCIAL OU ESPORTIVO QUE CONGREGUEM OS RESPECTIVOS SERVIDORES E SEUS FAMILIARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	251	43	0	2	296	MANTIDO
6800	68	PROJETO DE LEI N. 44, DE 1992-CN, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A						

..... SIM NÃO ABS NUL QVO RESULTADO

6801	- DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1993.	208	36	0	2	296	MANTIDO
7000	- ART. 8;						
7000	- PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 24 DE 1990 (PL N. 1.102/88 NA CASA DE ORIGEM), QUE DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 492 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.	263	31	0	2	296	MANTIDO
7100	- PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 11 DE 1991 - COMPLEMENTAR (PL COMPLE- MENTAR N. 69/89, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE A ORGANIZA- ÇÃO AS ATRIBUIÇÕES E O ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.						
7101	- INCISO XVI DO ART. 6;	264	30	0	2	296	MANTIDO
7102	- INCISO III DO ART. 17;	264	30	0	2	296	MANTIDO
7103	- INCISO III DO ART. 37;	263	30	0	3	296	MANTIDO
7104	- ART. 202, CAPUT;	226	68	0	2	296	MANTIDO
7105	- ART. 206;	226	67	0	2	295	MANTIDO
7106	- ART. 207;	262	32	0	2	296	MANTIDO
7107	- ART. 219;	263	31	0	2	296	MANTIDO
7108	- 1. DO ART. 224;	263	31	0	2	296	MANTIDO
7109	- ART. 226;	263	31	0	2	296	MANTIDO
7110	- 1. DO ART. 227;	263	30	1	2	296	MANTIDO
7111	- 1. DO ART. 227;	262	31	1	2	296	MANTIDO
7112	- ART. 266;	262	31	1	2	296	MANTIDO
7113	- ART. 267;	262	31	1	2	296	MANTIDO
7114	- 1 DO ART. 262	262	31	1	2	296	MANTIDO
7115	- ART. 285;	264	30	0	2	296	MANTIDO
7116	- ART. 291;	264	30	0	2	296	MANTIDO
7117	- ART. 292;	264	30	0	2	296	MANTIDO
7200	- PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 73, DE 1992 (PL N. 3/91, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPOE SOBRE OS INCENTIVOS FISCAIS PARA A CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DA INDÚSTRIA E DA AGROPECUÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.						
7201	- ART. 10, CAPUT;	266	30	0	2	298	MANTIDO
7202	- 1. DO ART. 10;	266	30	0	2	298	MANTIDO
7203	- ART. 12.	266	30	0	2	298	MANTIDO

SISTEMA DE VETO PRESIDENCIAL
CONGRESSO NACIONAL
PRODASEN

PAGINA.....: 12
DATA: 26/08/93 - 01:54

	SIM	NÃO	ABS	NUL	QUO	RESULTADO
7300 73-PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 19, DE 1991 (PL N. 3.903/89, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.						
7301 - INCISO IV DO ART. 4;	263	32	0	2	297	MANTIDO
7302 - INCISO IX DO ART. 8.	261	34	0	2	297	MANTIDO
7303 - ART. 21.	261	34	0	2	297	MANTIDO

PRODASEN - 31" X 6,4" - 16 CPT X 16 LPT - 130 C X 80 L

Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 138, DE 1993-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Requeiro, na forma regimental, urgência para discussão e votação do PLN nº 20/93, que "altera dispositivo da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993".

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1993. — Seguem-se assinaturas.

seguem-se assinaturas

Roberto Freire - Governo

PSDB
MAIX
Bloco
PDT
PSDB

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Foi lido um requerimento de urgência, visando à votação do Projeto de Lei nº 20, de 1993-CN, que altera o dispositivo da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993.

Concedo a palavra ao Congressista Roberto Freire para justificar a urgência do requerimento.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS — PE. Para justificar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esclareço que este projeto visa a dirimir algumas dúvidas que, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, se criavam em relação a custeio, fundamentalmente, para o setor agrícola.

Com este projeto, vamos sanar esse equívoco e viabilizar, no âmbito do Orçamento, melhor destinação para recursos através de operações de crédito, principalmente — repito — para a agricultura brasileira.

Portanto, interessa ao Governo que o projeto seja rapidamente votado e, também — acredito —, à Oposição e ao País.

O Sr. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero também secundar as palavras do eminente Líder do Governo, Deputado Roberto Freire, dizendo que a aprovação deste Projeto consolida uma série de providências adotadas pelo Governo, no sentido da aprovação de uma política agrícola condizente com as necessidades dos produtores rurais deste País.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a urgência, passa-se à discussão e votação do Projeto de Lei nº 20, de 1993-CN, que "altera dispositivo da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 138, de 1993-CN.

Designo o Senador Beni Veras para relatar o Projeto nº 20, de 1993, do Congresso Nacional, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o parecer é favorável, uma vez que, através deste Projeto, ter-se-á condições de financiar o setor agrícola a partir do próprio Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O parecer é favorável.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto vai à sanção presidencial.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 1993-CN

Altera dispositivo da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 37 da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37.
I — operações de crédito;

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 336, de 28 de julho de 1993, que altera a moeda nacional, estabelecendo a denominação "Cruzeiro Real" para a unidade do sistema monetário brasileiro.

À medida foi apresentada uma emenda.

O Relator, em seu parecer, proferido em plenário, concluiu pela aprovação da Medida Provisória e rejeição da emenda apresentada.

Em discussão a medida e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a medida na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação na Câmara a emenda apresentada à medida provisória.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser submetida ao Senado.

A matéria será remetida ao Presidente da República para publicação como lei.

É a seguinte a medida aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 336, DE 28 DE JULHO DE 1993

Altera a moeda nacional, estabelecendo a denominação "cruzeiro real" para a unidade do sistema monetário brasileiro.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A unidade do sistema monetário brasileiro passa a denominar-se "cruzeiro real", a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação desta Medida Provisória.

§ 1º A nova unidade equivale a mil cruzeiros e tem como símbolo CR\$.

§ 2º A centésima parte do cruzeiro real, denominada "centavo", é escrita sob a forma de fração decimal, precedida da vírgula que segue a unidade.

Art. 2º A partir da data mencionada no art. 1º, serão grafados em cruzeiros reais os balanços, demonstrações contábeis e financeiras, cheques, títulos, preços, valores de contratos e todas as expressões pecuniárias que se possam traduzir em moeda nacional.

§ 1º Em todos os pagamentos ou liquidações de soma a receber ou a pagar e escritas contábeis, serão desprezados os valores inferiores ao correspondente a um centavo de cruzeiro real (dez cruzeiros), para todos os efeitos legais.

§ 2º Nas instituições financeiras em que a soma das parcelas desprezadas ultrapassar o valor correspondente ao salário mínimo, os totais apurados serão recolhidos e creditados ao Tesouro Nacional, no prazo máximo de trinta dias contados da data mencionada no art. 1º

§ 3º Admitir-se-á fracionamento especial da unidade monetária nos mercados de valores mobiliários e de títulos da dívida pública, na cotação de moedas estrangeiras e na determinação da expressão monetária de outros valores que necessitem da avaliação de grandezas inferiores ao centavo, sendo as frações resultantes desprezadas ao final dos cálculos.

§ 4º Durante o prazo de cento e vinte dias após a data mencionada no art. 1º, os cheques e outros papéis ainda emitidos com indicação de valor em cruzeiros serão acolhidos pelas instituições financeiras e pelos serviços de compensação.

§ 5º Os documentos de que trata o parágrafo anterior serão acolhidos e contabilizados com a equivalência mencionada no art. 1º, § 1º

Art. 3º As cédulas atualmente em circulação, emitidas no padrão cruzado novo ou em cruzeiros, com ou sem carimbo de correspondência, permanecem circulando normalmente, observada a equivalência de que trata o art. 1º, § 1º

Art. 4º As atuais moedas de cruzeiros cuja equivalência, na forma do art. 1º, § 1º, resulte igual ou superior a um centavo de cruzeiro real (dez cruzeiros) permanecem circulando normalmente.

Art. 5º Decorridos cento e oitenta dias da data de entrada em vigor desta Medida Provisória, fica o Banco Central do Brasil autorizado a estabelecer as datas a partir das quais as cédulas e moedas de que tratam os arts. 3º e 4º perderão o poder liberatório.

Art. 6º Todas as moedas de centavos com ano de cunhagem anterior a 1993, assim como as atuais moedas de um e de cinco cruzeiros, estão destituídas de poder liberatório e sem valor legal para circulação.

Art. 7º Ao Banco Central do Brasil compete:

I — providenciar a impressão de cédulas e a cunhagem de moedas de cruzeiros reais nas quantidades necessárias à gradual substituição e recomposição do meio circulante;

II — determinar as características das novas cédulas e moedas, fixando as datas a partir das quais circularão;

III — fixar as datas a partir das quais perderão o poder liberatório cédulas e moedas circulantes;

IV — determinar os prazos e demais condições para recolhimento e resgate das cédulas e moedas que tenham perdido o poder liberatório;

V — promover a destruição das cédulas e a descaracterização das moedas retiradas de circulação;

VI — estabelecer procedimentos complementares necessários à implantação do novo sistema monetário e ao saneamento do meio circulante.

Art. 8º A substituição das cédulas e moedas retiradas de circulação serão efetuadas por intermédio da rede bancária.

Art. 9º Ninguém será obrigado a receber, em qualquer pagamento, moeda metálica em montante superior a cem vezes o respectivo valor de face.

Art. 10. Toda cédula que contiver marcas, rabiscos, símbolos, desenhos ou quaisquer caracteres a ela estranhos perderá o poder liberatório e o curso legal, valendo apenas para ser depositada ou trocada em estabelecimento bancário, que a recolherá ao Banco Central do Brasil para destruição.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

Entra assinatura

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência, nos termos da alínea e do art. 175 do Regimento Interno do Senado Federal, retira da pauta os itens nº 2 e 4.

São os seguintes os itens retirados:

Item nº 2:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 28 de julho de 1993, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde crédito extraordinário no valor de Cr\$35.000.000.000.000,00. (Mensagem nº 72/93-CN — nº 478/93, na origem.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

Item nº 4:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 339, de 29 de julho de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório e dá outras providências. (Mensagem nº 74/93 — nº 480/93, na origem.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

(Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.)

À medida não foram apresentadas emendas.

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Carlos Aleluia para proferir o parecer.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL — BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, proferimos o parecer à Medida Provisória nº 338, no que se refere à sua admissibilidade, a qual foi concedida.

Esta Medida pretende, na sua essência, resolver questões tributárias relativas às contas de resultado a compensar, que foram extintas com a promulgação da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

Quando das negociações, o Tesouro, no meu entendimento, não fez a avaliação correta dos números que estavam envolvidos e da forma como seria feita a tributação.

Da maneira que ficou na lei, o Tesouro Nacional teria de repassar aos Estados e Municípios algo em torno de 3 bilhões de dólares, provenientes de Imposto de Renda das CRC que eles receberiam em decorrência de recebimento de papel.

Somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória na forma do projeto substitutivo, aprovado e acordado com a Fazenda, com o Tesouro Nacional e com a quase totalidade das empresas — apenas uma foi contrária.

Eis o parecer na íntegra, Sr. Presidente:

I — Relatório

O Senhor Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição, submeteu à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 338, de 29 de julho de 1993 e publicado no *Diário Oficial da União* do dia 30 seguinte, alterando a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, “que dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências”.

A medida provisória em questão é do mesmo teor da Medida Provisória nº 332, de 30 de junho de 1993, com a retificação publicada no *Diário Oficial da União* do dia 6 de julho de 1993. Por meio de seu art. 3º, o Executivo propõe ainda a convalidação dos atos e efeitos jurídicos decorrentes da medida provisória anterior.

Em termos de andamento no Congresso Nacional, já foi emitido parecer favorável quanto à admissibilidade da medida provisória, no que se relaciona à relevância e urgência da matéria, com base no disposto no art. 8º da Resolução nº 1/89 do Congresso Nacional, pelo Deputado José Carlos Aleluia, tendo em vista o esgotamento do prazo para a Comissão Mista *ad hoc* pronunciar-se. Não houve apresentação de nenhuma emenda na comissão.

No que se refere aos termos de comando da medida provisória, o referido provimento legiferante transitório dá nova redação ao § 8º do art. 7º da Lei nº 8.631/93, assim como estende sua aplicação à compensação com CRC de créditos a receber pela União, relativos a impostos federais, na forma da alínea b do § 4º do mesmo artigo.

De forma geral, a Lei nº 8.631/93 extinguiu as chamadas Contas de Resultados a Compensar — CRC, mecanismo contábil existente dentro do ordenamento jurídico dos serviços públicos de energia elétrica, incumbido de registrar as eventuais insuficiências ou excessos de remuneração das concessionárias de eletricidade, oriundos de receita tarifária. Além disso, os saldos remanescentes dessas contas foram autorizados a serem compensados com débitos que a concessionária por ventura tenha perante a União, inclusive de compra de energia elétrica suprida por concessionária federal, subsidiária da Eletrobrás, cujo controle acionário é da União. Eliminou ainda o regime de remuneração garantida — antes permitida

entre o máximo de 12% e mínimo de 10% ao ano — e a equalização tarifária no território nacional existente deste a publicação do Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974.

No caso específico, o dispositivo alterado tinha a seguinte redação:

“§ 8º Os lançamentos contábeis efetuados com valores da CRC, decorrentes da aplicação do previsto nesta Lei, serão considerados para efeito da tributação pelo Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica titular da conta conforme as alíquotas vigentes às épocas de formação dos saldos, podendo, o débito fiscal correspondente, ser pago com os próprios créditos de CRC.”

Como se depreende do texto, a medida provisória em exame procura sanar algumas omissões perpetradas pela Lei nº 8.631/93, no que se relaciona exclusivamente aos aspectos tributários envolvidos nas compensações de CRC das concessionárias.

É relevante frisar-se que a autorização dessa lei, no que se relaciona à compensação de saldos de CRC com débitos das concessionárias perante a União, não é novidade. Antes dela, o Decreto-Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988 havia autorizado as compensações dos saldos existentes até 31 de dezembro de 1987; mais tarde, a Lei nº 8.013, de março de 1990, autorizou as compensações dos saldos registrados até 31 de dezembro de 1990. Em ambos os casos, as operações não estavam sujeitas à tributação do Imposto de Renda. A lei citada estendeu tais compensações, agora com o gravame, aos saldos efetivamente apurados até a data da publicação no DOU de seu decreto regulamentador, o que se deu em 18 de março de 1993, com a publicação do Decreto nº 774.

O primeiro aspecto pretendido pela medida provisória é gravar com uma alíquota constante, de 25%, as operações de compensação. A lei alterada tributava a compensação com alíquota do ano de geração da parcela aderida ao saldo de CRC. Como as concessionárias foram contempladas, durante muitos anos, com alíquotas menores, normalmente de 6%, o gravame uniformizador já estabelece um outro e superior quantitativo a ser pago ou compensado.

Além disso, a medida estabelece que os impostos serão pagos em moeda, no todo, ou recolhidos por meio de compensação com os próprios créditos de CRC, neste último caso, até o limite da parcela assegurada à União, conforme disposto no art. 159 da Constituição Federal, isto é, até 53% do tributo envolvido. Quanto às parcelas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a concessionária deverá pagar o imposto em dinheiro.

Em termos operacionais, o cálculo do Imposto de Renda será feito em operação isolada, com o montante corrigido pela variação do valor da UFIR diária. No caso de compensação do Imposto de Renda com créditos de CRC, o referido imposto vencerá em parcelas mensais sucessivas de 1/240 avos, o que levará a que a operação de tributação seja globalmente concretizada apenas após 20 anos da efetiva compensação. A medida ainda determina que as próprias operações de compensação do Imposto de Renda estão sujeitas a nova gravação tributária, sobre outra parcela realizada.

É o relatório.

II — Voto do Relator

No que se refere aos aspectos do ponto de vista jurídico da medida provisória, atestamos sua constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa.

De fato, o art. 153, inciso II, da Constituição Federal estabelece que compete à União instituir impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza. Por outro lado, o art. 22, inciso IV, da Constituição, também define que cabe à União, privativamente, legislar sobre energia, ambos campos de ação do diploma legal provisório em questão, uma vez que a mesma comanda procedimentos e precisa alíquota de Imposto de Renda sobre créditos financeiros advindos da compensação realizada com saldos das Contas de Resultados a Compensar das concessionárias de serviços públicos de eletricidade. No que se refere à juridicidade e adequada técnica legislativa nada há a ser obstado.

Quanto ao mérito, muito temos a dizer.

Com a edição da Lei nº 8.631, em 4 de março de 1993, conforme já dissemos, as contas foram finalmente extintas, as tarifas desqualizadas, sem limite de remuneração — salvo o que for homologado, previamente, pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE —, e os saldos, apurados até a data de publicação do decreto regulamentador da lei, autorizados a terem sua completa compensação com todo o tipo de haver perante a União e seus agentes setoriais, inclusive débitos de compra de energia elétrica.

Até a data de 18 de março de 1993, o saldo oficial das insuficiências das tarifas de energia elétrica somava a impressionante cifra do equivalente a 25,6 bilhões de dólares, algo superior a um quinto da dívida externa nacional!

Por outro lado, estima-se, não oficialmente, que os débitos setoriais autorizados, vencidos até 31 de dezembro de 1992 — incluindo a compra de eletricidade às supridoras federais e a Itaipu, assim como dívidas externas honradas pelo Governo Federal, na qualidade de avalista —, cheguem a 14 bilhões de dólares equivalentes.

Sendo a medida provisória convertida em lei, deverá ser deduzido ainda o montante relativo à parte da União do Imposto de Renda, o que dá cerca do equivalente a 3,4 bilhões de dólares (53% do imposto de renda envolvido, 6,4 bilhões de dólares equivalentes). O pagamento dessa parcela do imposto, com créditos de CRC, implicará também em nova tributação, na mesma alíquota, o que acrescentaria mais 850 milhões de dólares equivalentes, aproximadamente.

Em consequência, as concessionárias deverão recolher ainda cerca de 3 bilhões de dólares equivalentes, em dinheiro, para pagamento aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Existirão, portanto, haveres das concessionárias, que montam a algo em torno de 7,35 bilhões de dólares equivalentes, que serão congelados, apenas corrigidos monetariamente (sem remuneração) e estarão à espera de outra destinação — direitos adquiridos que são — uma vez que a Lei nº 8.631/93 autorizou as compensações apenas até 30 de junho próximo passado, relativas a débitos das concessionárias vencidos até 31 de dezembro de 1993.

Na análise do diploma legal transitório, o primeiro aspecto relevante a ser apontado é o de que, com a uniformização da alíquota a gravar as operações de compensação de CRC, estima-se que haja nítida majoração dos impostos de renda incidentes, ao lado do aspecto simplificador de cálculo.

O segundo aspecto importante, no caso de compensação do Imposto de Renda com créditos de CRC, é de que o referido imposto vencerá em parcelas mensais sucessivas de 1/240 avos. Nesta hipótese, tenciona o dispositivo da medida provisória impedir, pura e simplesmente, que a União receba o Imposto de Renda da concessionária em dívida reconhecida, como dação em pagamento, e por sua vez, recolha, imediata-

mente, em dinheiro, 21,5% do imposto ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, esses, detentores, em boa parte, do controle acionário daquela sociedade contribuinte, além de mais 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios.

Desta forma proposta, o recolhimento aos fundos seria feito em 20 anos, prazo compatível com um processo de longo prazo de rolagem de dívida, sendo a parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios paga em moeda corrente, também em 240 meses, o que daria, se total e lineamente executado, cerca do equivalente a 12,5 milhões de dólares.

É facilmente perceptível o desiderato do Poder Executivo, no que se relaciona aos objetivos buscados com a edição da medida provisória. É também justo o teor básico desses objetivos. No entanto, a redação dada à medida provisória cuida de reparar omissões de interesse da União sem fazê-lo com outros aspectos relevantes de toda a problemática, que fica agravada com tais modificações.

Consideramos que a medida pode ser aperfeiçoada com algumas pequenas alterações, mas de grande significado para as contas públicas e das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica.

Uma dessas alterações seria de forma a deixar claro que, tendo em vista as compensações não implicarem em entradas líquidas de recursos nos caixas das concessionárias, não terão as mesmas de pagar dividendos a seus acionistas, incluindo os majoritários, normalmente os Estados, pela realização contábil dessas compensações.

Além disso, a redação de lei convertida deveria contemplar a possibilidade de compensação de eventuais prejuízos fiscais acumulados até 31 de dezembro de 1992, para efeitos de apuração da base tributável da CRC de cada sociedade.

Por outro lado, não há justificativa para a compensação gradual em 240 vezes no que se refere exclusivamente à parcela relativa à União, fruto da autorização dada pela medida, tendo em vista envolver montantes de interesse direto da devedora reconhecida, a União, e das credoras intencionadas em ter imediata quitação das compensações, as concessionárias. Entendemos como válida a gradualização apenas para aquelas componentes do imposto a serem distribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por envolverem dinheiro corrente e terceiras pessoas jurídicas de direito público — além das partes devedora e credoras.

Finalmente, lembramos o art. 31 da Lei nº 8.541/92, que permite a pessoa jurídica optar pela antecipação da realização de seu lucro inflacionário, tributando-o à alíquota de 5%. Outorgando-se essa possibilidade às concessionárias de serviços públicos de eletricidade que pretendam quitar o Imposto de Renda, parcialmente, com créditos de CRC, mesmo que se faça em 240 meses, acreditamos que o processo ficará mais equânime, pois tal prazo não seria específica opção daquela pessoa jurídica gravada, já que está sendo determinada por interesse exclusivo da União.

Diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993, na forma do projeto de conversão em anexo.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 1993

Altera a Lei nº 8.631, de 29 de julho de 1993, estabelecendo novos procedimentos e alíquota de incidência de imposto de renda nas compensações de CRC das concessionárias de serviços públicos de eletricidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º.....

§ 8º Os lançamentos contábeis efetuados com valores da CRC, decorrentes da aplicação do previsto nesta lei, serão considerados para efeito de tributação pelo imposto sobre a renda da pessoa jurídica titular da conta, observando-se o seguinte tratamento:

a) o imposto devido será calculado em separado, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), podendo ser excluídos da base de cálculo os prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 1992;

b) os lançamentos contábeis efetuados não deverão transitar pelo resultado do exercício;

c) o imposto de renda apurado será definitivo, não podendo ser compensado com prejuízos fiscais posteriores a 31 de dezembro de 1992, e deverá ser convertido em quantidade de Ufir diária, tomando-se o valor desta no último dia do mês a que corresponder, e pago no último dia do mês subsequente ao da apuração, exceto quando a pessoa jurídica optar pelo disposto na alínea seguinte;

d) o imposto devido, calculado na forma das alíneas anteriores, poderá ser compensado com os próprios créditos de CRC, vencendo, nesse caso, o imposto, em parcelas mensais, à razão de 1/240 (um, duzentos e quarenta avos), vedada a compensação de mais de uma parcela em um mesmo período, e o seu registro contábil deverá ocorrer no sistema extrapatrimonial, até o efetivo pagamento de cada parcela;

e) a opção pela compensação do imposto com o saldo credor de CRC, na forma do disposto na alínea anterior, não elimina as condições de utilização dos benefícios previstos no art. 31 da Lei nº 8.541/92, caso a pessoa jurídica queira realizar todo o seu lucro inflacionário, inclusive o gerado em função do art. 3º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, tributando-o à alíquota de 5% (cinco por cento).”

Art. 2º O disposto no art. 7º, § 8º, da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, com a redação dada pelo art. 1º desta lei, aplica-se também à compensação com CRC de créditos a receber pela União, relativos a impostos federais, na forma da alínea b do art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.631/93.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, tornando-se inválidos os atos e efeitos jurídicos decorrentes da Medida Provisória nº 332, de 30 de junho de 1993.

O Sr. Chagas Rodrigues, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O parecer, que é favorável, conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 1993.

Em discussão a Medida Provisória e o Projeto de Lei de Conversão.

O Sr. Aldo Pinto — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Aldo Pinto.

O SR. ALDO PINTO (PDT — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que tentamos, junto à Fazenda e ao nobre Relator da emenda, resolver uma questão que vem em detrimento do Estado do Rio Grande do Sul, que terá uma perda superior a 250 milhões de dólares.

Entendemos que, se ganharmos um pouco mais de tempo, poderemos dialogar com o Governo e buscar uma solução que atenda a todos os Estados. Por isso, de acordo com o art. 29, § 2º, do Regimento Comum, requeremos verificação de *quorum*, pois é evidente que inexistirá número suficiente para examinar os itens que estão sendo submetidos à votação.

O Sr. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a matéria que se encontra em discussão foi objeto de um amplo entendimento partidário. O Partido, ao qual pertence o nosso eminente e bravo Companheiro Aldo Pinto, também subscreveu o requerimento de urgência urgentíssima e apóia a medida.

Não quero, absolutamente, desconhecer que haja uma situação específica do Estado do Rio Grande do Sul. Estamos empenhados e dispostos a colaborar juntamente com o Líder do Governo, Roberto Freire, para que se possa encontrar uma solução específica para o caso do referido Estado. Esse projeto atende ao Brasil inteiro e foi ajustado no entendimento com as empresas energéticas, com o Governo e com os partidos políticos.

Portanto, é um apelo que faço ao Deputado Aldo Pinto, assumindo aqui o compromisso com V. Exª.

Eu pediria do Governo que também fosse solidário nessa manifestação e nesse compromisso com o Congressista Aldo Pinto, para que pudéssemos, junto ao Governo, tentar buscar uma solução para o caso.

O Sr. Luiz Girão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LUIZ GIRÃO (PDT — CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, essa Medida Provisória já está sendo editada pela segunda vez.

Primeiro, foi editada a Medida Provisória comum nº 332 e agora retorna com o nº 338. A Nação brasileira precisa de solução. Realmente, todas as concessionárias fizeram um acordo. O Brasil não pode, de forma alguma, aceitar essa imposição.

Eu pediria que V. Exª colocasse em votação a questão levantada.

O Sr. Aldo Pinto — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALDO PINTO (PDT — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, propomos inclusive uma emenda ao trabalho apresentado pelo nobre Líder e Deputado José Carlos Aleluia que, *data venia*, resolve a questão, solucionando, não há absolutamente qualquer problema. Quer me pare-

cer que a última palavra não está conosco. Desde que haja um entendimento de que o § 5º e o § 6º recebam as modificações e sejam acolhidas agora, teremos condições de votar o projeto. Caso contrário, insisto no direito que tenho de solicitar a verificação de *quorum*, de acordo com o Regimento Comum da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Eu gostaria de ouvir a palavra do Relator sobre a emenda, que o nobre Congressista Aldo Pinto fez referência há pouco.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco — BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, examinamos a emenda proposta, tivemos tanto a participação intensa dos diretores e dos técnicos da empresa do Rio Grande do Sul quanto dos outros Estados da Federação. Negociamos com a Fazenda e quero registrar a excelente receptividade do Secretário-Geral do Ministério para examinar as questões das diversas empresas. No entanto, a aceitação da emenda, na medida em que o Tesouro Nacional não diz ter possibilidades de acatá-la, significa destruir a estrutura do projeto. Não poderemos acatar a emenda, porque isso destruiria o entendimento e daria um tratamento desigual, enquanto outras empresas não têm os mesmos débitos para compensar.

Chegamos a fazer uma reunião há poucos minutos. Eu estaria receptivo a acatar a emenda desde que fosse para adicionar algum parágrafo ou artigo, mas não para mudar a sua redação, porque poderia inviabilizar o próprio projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nessas condições, o nobre Congressista Aldo Pinto mantém o requerimento, e a Mesa, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 29, não tem outra alternativa.

O Sr. Adylson Motta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria de saber quantas vezes essa medida foi editada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Essa medida foi editada pela segunda vez.

O SR. ADYLSO MOTA — Há algum impedimento para que ela seja reeditada?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Não, impedimento não há, porque o projeto que regulamenta a medida provisória não foi aprovado ainda pelo Senado.

O SR. ADYLSO MOTA — Eu sei, Sr. Presidente. É que eu queria ouvir essa explicação de V. Exª para que ficasse registrada nos Anais.

Sr. Presidente, chegamos a uma constatação: essa medida, se aprovada, causará prejuízos provados e comprovados ao Rio Grande do Sul. Se não aprovada, ela terá mais um mês de vigência, quando poderemos, com mais tempo, encontrar uma solução alternativa.

Será que o Rio Grande do Sul não merece o respeito e a consideração de, pelo menos, ter mais um prazo para procurar uma solução? É sabido que, se aprovada tal medida, sofreremos as consequências.

Portanto, faço um apelo aos Colegas para que nos possibilite, através dessa reedição — que certamente virá — buscar

uma solução que atenda aos interesses de todos. Não queremos guerra com ninguém. Agora, como Parlamentares, representantes do Estado do Rio Grande do Sul, não podemos aceitar pacificamente, de braços cruzados, o que está acontecendo, pois isso, certamente, irá redundar em prejuízos para o nosso Estado. Não sou do Partido que está no Governo do Rio Grande do Sul, mas sou gaúcho e tenho o dever de defender o meu Estado.

Esta sessão poderá ser considerada irregular, porque não tem o **quorum** exigido para deliberar. Todavia, preferimos que a solução seja outra, vale dizer, que a medida provisória seja rejeitada, retirada, mas não apreciada hoje, o que provocará a reedição, sem prejuízo para todos. A medida reeditada e publicada entra imediatamente em vigor. Dessa forma, vamos desafiar a inteligência dos Srs. Congressistas no sentido de encontrar uma solução, evitando tal prejuízo ao Rio Grande do Sul.

É o apelo que faço como gaúcho e como pessoa que procurou sempre trabalhar com harmonia dentro desta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Srs. Congressistas, ao ser iniciada a sessão, tínhamos 72 Srs. Senadores

e 311 Srs. Deputados na lista de presença. A esta altura, o nobre Congressista Aldo Pinto levantou uma questão no sentido de que fosse verificada a presença, neste momento, dos Srs. Congressistas

S. Ex.^a mantém o requerimento e, nestas condições, de acordo com o § 2º do art. 29 do Regimento Comum, sendo evidente a falta de **quorum** indispensável para a manutenção da sessão, a Presidência deixa de proceder à apreciação do item 5 da pauta.

É o seguinte o item cuja apreciação fica adiada:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 341, de 6 de agosto de 1993, que acrescenta parágrafo único ao art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e revoga o art. 3º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993. (Mensagem nº 85/93-CN nº 489/93, na origem), tendo Parecer favorável, sob nº 37/93-CN. Prazo: 8-9-93

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h59min.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS